

ANAIS DO  
VII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES  
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*

**A CIDADE E A HISTÓRIA**

VOLUME I

LV  
Coleção da *Revista de História*  
Sob a direção do Professor  
Eurípedes Simões de Paula



SÃO PAULO — BRASIL  
1974

CICLO VITAL DE UM POLO URBANO:  
VILA BELA (\*).  
(1751 — 1820).

---

*JOSÉ ROBERTO DO AMARAL LAPA*  
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Estadual de Campinas (SP).

I. — INTRODUÇÃO.

Procuramos nesta comunicação antecipar algumas hipóteses e também conclusões de um estudo, com o qual privilegiamos um *fato urbano* na área de mineração do extremo Oeste da colônia: a cidade de Vila Bela, durante o período em que ela respondeu pela condição de capital da capitania de Mato Grosso.

A cidade colonial brasileira tem merecido, como realidade urbana, no tempo e no espaço, uma literatura que compreende estudos de natureza geográfica, histórica, demográfica, sociológica e arquitetônica (1).

Dessa maneira, para nossa lucubração teórica, embasada por um acervo documental primário e secundário, de especial interesse, não nos falou uma bibliografia informativa bastante razoável que foi revista e diga-se de passagem não é comum para a história do Brasil.

Optamos por uma análise histórica exploratória que tomou em consideração os subsídios específicos elaborados pelos diferentes ci-

---

(\*) . — Comunicação apresentada na 6ª sessão de estudos, Equipe B 1, no dia 6 de setembro de 1973 (*Nota da Redação*).

(1) . — Para o estudo do urbanismo no período colonial, vide: Paulo F. Santos, *Formação de cidades no Brasil colonial*; Aroldo de Azevedo, *Vilas e cidades do Brasil Colonial*; Manoel Rodrigues Ferreira, *Nas selvas amazônicas*; Nelson Omega, *A cidade colonial*; Nestor Goulart Reis Filho, *Evolução urbana do Brasil*; Idem, *Quadro da arquitetura no Brasil*; Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, que vão arroladas na bibliografia final.

entistas que estudaram a realidade urbana colonial, procurando por outro lado chegar a um quadro geral e complexo da cidade estudada: relações de produção, relações sociais, vida urbana e institucional, interdependência em relação ao meio rural, vida pública (associativa, religiosa, comercial, administrativa) e vida privada (trabalho, convívio familiar, lazer). Também foram consideradas a localização ou concentração profissional, os gêneros de comércio, o complexo de prestação de serviços e a eventual discriminação social na ocupação do espaço.

Procedeu-se ainda ao estudo da ocupação natural do espaço geográfico, sua planificação urbana, evolução e rápido declínio, determinado pela transferência de suas funções político-administrativas, daí adotar-se a expressão ciclo vital ao se titular o trabalho.

Partindo da análise exaustiva de um documento primário básico — a planta de Vila Bela, antiga capital de Mato Grosso, elaborada em 1780 — procuramos estudar o processo de urbanização numa determinada área de mineração, verificando até que ponto o exemplo amostrado repete as soluções comuns aos aglomerados urbanos coloniais, soluções essas que deram margem a uma série de generalizações, nem sempre pertinentes, na historiografia brasileira.

Quando as soluções propostas discreparam, ao nível urbanístico e social, do trivial adotado na colônia, investigamos então procurando compreender a sua especificidade em termos de racionalização, funcionalidade e atendimento aos interesses locais.

Reconhecemos que poderíamos ter dimensionado o estudo com um alcance bem maior se tivéssemos procedido à análise das plantas de Cuiabá (MT) e Vila Boa de Goiás (GO), que se localizam numa mesma e dilatada área de mineração, inserindo-as no estudo do seu contexto histórico. Fica, entretanto, a sugestão para que se proceda uma pesquisa histórica sobre essas outras duas vilas, o que nos permitirá cotejá-las com as das cidades fundadas na época da mineração nas Minas Gerais, tema sobre o qual aliás a literatura é bem mais informativa. Nesse caso, poder-se-á verificar até que ponto a urbanização do Oeste se valeu da experiência anterior que teve lugar no Leste.

Assim, tentamos compreender, numa abordagem histórica, o *fato urbano* — para usarmos a expressão consagrada em Geografia — no centro-oeste da colônia, como uma realidade geográfica, social e econômica.

Acreditamos que sua formação e traçado se prendem ao sistema de produção ali adotado, de maneira empírica e naturalmente

com especificidades ditadas pelo meio natural, que sofreu o processo de humanização, tendo em conta seus recursos de subsistência, circulação, defesa, etc.

É o aglomerado urbano situado mais distante do litoral, isolado pelas grandes dificuldades de comunicação, mas que não obstante tem assegurado um abastecimento regular graças ao oneroso sistema de transportes que se monta através dos rios ligando Vila Bela a Belem do Pará (2).

Sob o ponto de vista da posição geográfica é interessante considerar que Vila Bela mantém relacionamento urbano remoto, mas direto, com Belem do Pará, através dos rios e com Salvador, Rio e São Paulo, filtrado por Cuiabá (MT) e Vila Boa (GO), por onde forçosamente transitavam as mercadorias e pessoas em demanda ou de volta da capital de Mato Grosso.

O intercâmbio mais próximo era feito com Cuiabá e os pequenos arraiais espalhados pela área de mineração, como Casalvasco, Chapada, Pilar, Santo Amaro, Lavrinhas, São Vicente e outras muitas células urbanas. Esses arraiais compõem como que a periferia do mercado consumidor que Vila Bela representou para os mercadores comboieiros do Norte. Quanto ao sistema de trocas entre a capital e os arraiais e entre os próprios arraiais em si, seria limitado ao nível da subsistência, o que não exclui a circulação das manufaturas de toda a espécie despejadas pelas monções do Norte.

Sob o ponto de vista geográfico esse relacionamento foge ao comum das cidades nos levando a várias reflexões. Assim, o intercâmbio econômico mais intenso que Vila Bela tem é com uma cidade fora da região geográfica e política, distante e localizada em outra capitania ou até mesmo em outra unidade político-administrativa: o Estado do Grão-Pará, ou seja Belem.

A vinculação se faz sobretudo no tocante ao abastecimento local e ao escoamento da produção aurífera, o que nos leva a concluir sobre as dificuldades que oneravam a economia local.

\*

---

(2). — O sistema fluvial de abastecimento e comunicações ligando Vila Bela a Belem do Pará foi por nós estudado, cf. J.R. Amaral Lapa, *Economia Colonial*, pág. 15, Editora Perspectiva, São Paulo, 1973. Vide ainda David M. Davidson, *How the Brazilian West Was Won: Freelance & State on the Mato Grosso Frontier, 1737-1752* in "Colonial roots of Modern Brazil" (edited by Dauril Alden), University of California Press, Berkeley, 1973.

## II. — MONTAGEM DE UM POLO URBANO NO EXTREMO OESTE.

Apenas pelas suas funções político-administrativas é que Vila Bela se destaca, enquanto dura a produção aurífera, pois no mais ela divide com Cuiabá a polarização urbana, acabando por ser eclipsada por esta.

Dessa maneira, poder-se-ia reconhecer como “zona de influência” de Vila Bela a área tributária do Guaporé, onde os achados auríferos atraíram a população, enquanto para leste Cuiabá polarizava outra área aurífera desenvolvendo à parte um segundo sistema de comunicações fluviais com São Paulo.

Vila Bela centraliza a vida regional por tempo relativamente curto, enquanto permanece sede da capitania, que é quando sua posição geográfica assume papel de destaque. Esvaziando-se rapidamente, na medida da desintegração local da economia aurífera e de uma certa ordenação nas relações políticas com a América Espanhola, a cidade não encontrou condições para poder explorar outros elementos propiciados pela sua posição, o que foi selado pela transferência da capital para Cuiabá, em 1820.

Como polo regional ela atraiu também pelo seu comércio, distribuindo os produtos manufaturados importados pelo mercado que representa para a produção agrícola, a pesca e a pecuária regionais. Nessa trama se articulam as trocas de bens e a produção de serviços dentro dos limites acanhados que a Vila oferece. A isto se juntam suas complexas funções como centro estratégico-militar que representa numa ação logística de largo alcance para extensa área fronteira com a América Espanhola.

No campo social, são sobretudo no tocante à assistência religiosa, médico-hospitalar e aos serviços culturais, como polo de convívio e reunião, que as dimensões de Vila Bela se definem e se estendem, compreendendo a difusão das notícias, a elaboração de opiniões e idéias, a tomada de decisões. Assim se resume a projeção de Vila Bela na região, durante os 69 anos de seu ciclo vital como sede administrativa da capitania.

\*

Nas áreas de mineração no período colonial o fato urbano tem uma ocorrência tumultuada, uma vez que a concentração demográfica se faz rápida e inflada, sem possibilidades de controle, o que resulta na defasagem entre as necessidades do convívio urbano que se

acumulam e os setores públicos terciários, que não correspondem ou custam a aparecer e funcionar.

Nesses casos, quase sempre, o Estado chega posteriormente, uma vez que os encontros auríferos ou de pedras preciosas provocam um *rush* imediato de pessoas, que simultaneamente gera uma ação fiscal. Em decorrência, há uma primeira hora em que se impõe uma certa autocefalia para atendimento de um mínimo disciplinar que permita as relações econômicas e sociais, voltadas para o atendimento de necessidades primárias. O que também é fundamental é que se ordenem as relações de produção, no caso reduzidas à definição da propriedade ou usufruto do local de extração, do seu processo e da subsistência dos que estão entregues a essa atividade.

A esse primeiro esquema organizatório é que se seguirá a ação operacional para o fisco, à segurança interna (policial) e externa governamental tendente ao estabelecimento de uma eficiente base (militar) do núcleo comunitário que se expande.

Na verdade, a configuração — no esquema weberiano — do fato urbano não se esboça no caso de Vila Bela, se não algumas décadas depois do achamento do ouro e do afluxo demográfico. No momento do levantamento da planta que é o documento básico do nosso estudo, o núcleo é definido como Vila, sem que a administração metropolitana tivesse-lhe reconhecido os foros de cidade.

Não obstante, usando o mesmo esquema teórico de análise é preciso reconhecer a existência de um mercado urbano, isto é, um número de pessoas concentradas numa área espacial, cujas necessidades, não ligadas à mineração, exigem a mobilização de recursos, o esforço disciplinado, a circulação de mercadorias tendentes a satisfazer-las, no que implica a montagem dos equipamentos exigíveis para tanto.

A idealização da planta implica no esquema organizatório da vida urbana em Vila Bela: vida religiosa, comercial, burocrática, militar, etc., ainda que entre os edifícios não apareça na legenda do desenho aquele que devia ser destinado à escola.

Mesmo que a quantidade reduzida de população — 7.000 habitantes — que ali chega a se concentrar justificasse o nível organizatório revelado pela planta, ainda mais se compreende se se considerar o volume da população espalhada pela área tributável de Vila Bela, que no caso é a capital da capitania.

A sua “situação”, isto é, sua posição em relação à área em que se davam as explorações auríferas e às vias de comunicação com o

litoral é a de polarização, dividindo com Cuiabá certas funções, embora naturalmente esteja acima desta por sediar o governo e, portanto, reter o complexo de decisão para toda a capitania.

Mas, vejamos como visualizar a evolução inicial do primeiro lustro de vida social em Vila Bela, da escolha do local à imediata organização e divisão do espaço geográfico urbano, decidida pela autoridade mor que ali chega com plenos poderes políticos e recursos mínimos para tanto.

\*

### III. — FUNDAÇÃO E PLANEJAMENTO DO NÚCLEO URBANO.

A decisão de fundar um núcleo urbano, com objetivos estratégico-militares, políticos e econômicos, no extremo-oeste da colônia, foi tomada por D. João em 27 de junho de 1746, muito embora a fundação da Vila só se desse em 19 de março de 1752, quando se iniciou a sua construção.

A providência que formalizava a idéia de criação de um posto avançado no linde da fronteira com a Espanha só se deu após ter sido debatida a questão, não apenas ao nível das informações que nesse sentido haviam sido transmitidas ao rei pelo Ouvidor da Comarca de Cuiabá e pelo Governador da Capitania de São Paulo, como também ouvidos os pareceres dos Procuradores da Fazenda e da Coroa e ainda consultado o Conselho Ultramarino, por duas vezes, a 30 de janeiro de 1741 e 26 de abril de 1746 (3).

Verifica-se, portanto, que a idéia da fundação de Vila Bela foi amadurada ao longo de pelo menos cinco anos, obedecendo as observações que nesse sentido haviam sido feitas pelas autoridades coloniais, observações essas que sofreram a crítica dos altos escalões administrativos do Reino.

Portanto, não resultou de simples interesse imediatista e às vezes até impensado, como era comum acontecer em relação aos atos que procuravam disciplinar as relações coloniais, particularmente nas áreas de mineração.

Este processo em que se procurou naturalmente discutir todas as implicações da criação de um polo urbano naquela latitude esteve consonante com as cautelas e incentivos, bastante minuciosos e

---

(3). — Tito L. Ferreira e Manoel R. Ferreira, *História da Civilização Brasileira*, pág. 365.

mesmo excepcionais, com que foram cercadas as instruções contidas na Resolução real que definiu a ereção da Vila.

Dessa maneira, reconhecendo as dificuldades que naturalmente teriam que ser enfrentadas dado o isolamento em que ficaria situada a Vila, distante do litoral e portanto dos núcleos mais densos e de maiores possibilidades de recursos da colônia, o ato real procurou, através de uma soma de privilégios concedidos aos colonos que para lá se dirigissem, atrair e garantir o estabelecimento urbano.

Assim e por isso, as providências reais objetivavam atrair famílias e estimular os casamentos locais, prevendo para tanto que o preenchimento do quadro burocrático fosse privilegiado para os homens casados e moradores locais, o que assegurava uma faixa de emprego para os que não se destinassem necessária e exclusivamente à mineração.

Os objetivos de sua fundação podem ser assim resumidos:

1. — povoamento, fixação e colonização permanentes;
2. — dispositivo logístico de atendimento a uma larga extensão fronteira;
3. — montagem de um quadro burocrático-administrativo, destinado à memorização, decisão e execução da política colonial e solução para os problemas locais;
4. — funcionamento de um aparelho fiscal para controle da produção aurífera.

A preocupação metropolitana é portanto especificamente a de radicar os moradores na área urbana da Vila, não se discriminando no caso, o fato de serem naturais do Reino ou do Brasil. Apenas a eles — habitantes de Vila Bela — era concedido o provimento nos quadros distributivos da justiça local, ao mesmo tempo que se procurava dar-lhes segurança econômica e social.

A concessão de privilégios estendeu-se à equiparação no tocante às prerrogativas, propriedades e isenções às situações de excessão desfrutadas pelos moradores de outras áreas administrativas da Colônia. Assim, foram igualados os direitos dos oficiais da Câmara de Vila Bela com os dos oficiais da Câmara da Cidade de São Paulo, o que também implicava numa situação jurídica especial, uma vez que a Cidade era mais que a Vila na hierarquia urbano-administrativa da Colônia. Também foram concedidas as mesmas isenções de emolumentos de que gozavam os moradores das Minas Gerais, o que se completava com a interdição das execuções por dívida contraída fora da Vila e seu Distrito nos primeiros 3 anos da data do seu estabelecimento no local, o que evidentemente constituía um estímulo excepcional para atrair moradores, no que se inclui a legitimação

de uma porcentagem de aventureirismo de altas implicações também negativas que nesse caso são toleradas e até incentivadas pelo Estado.

Assim, temos que considerar — sempre tomando como quadro descritivo a planta de 1780 — a área construída, a rede de ruas, o sistema de transportes, os jardins (praças), logradouros de diversão e lazer, etc.

Tanto o “sítio”, quanto a “situação” da vila são considerados para determinar suas funções. Dessa maneira, a planta em si diz respeito sobretudo ao sítio, ao local, perto das margens do Guaporé, mais livre das inundações, em que se chantou a v.la. El-rei delegou aos colonos o arbítrio da escolha do sítio de Vila Bela. Para tanto disciplinou o assunto mandando que o Ouvidor de Cuiabá se dirigisse ao Distrito de Mato Grosso reunindo todos seus moradores que dentre eles votassem em 5 pessoas, as quais caberia a escolha do sítio da futura Vila (4).

A resolução real não descuidava porém em recomendar que essa escolha levasse em consideração a existência no local de água potável, clima saudável e mata para lenha.

Na oportunidade da fundação, seis anos depois dessa carta, verifica-se que o Governador Rolim de Moura procura seguir as instruções nela contidas. Assim, após visitar os diferentes arraiais localizados na Chapada de São Francisco Xavier e Santana, bem como outros lugares ainda desabitados fez a sua opção baseado no fato de que o espaço escolhido ficava como que cobrindo as minas em relação às terras espanholas, o que revela as preocupações estratégicas, sendo por outro lado local de fácil acesso (“desafogado”), com boa reserva de mata para fornecimento de combustível e madeiras para as construções, mobiliário e outras serventias, e finalmente por ficar à beira do rio Guaporé, fator decisivo na escolha por assegurar a navegação com o Pará e portanto o abastecimento dos seus habitantes (5). Esta surge assim condicionada à ordem natural e à ordem social, enfatizando-se ainda no caso as condicionantes políticas e estratégicas. São também estudados os mecanismos que provocaram a evolução do núcleo.

Servindo a planta como documento básico é necessário considerar que ela resultou de um planejamento emanado da autoridade régia, que em suas instruções nesse sentido previu o mínimo de requisitos, que deviam ser observados na escolha do local, no traçado

---

(4). — *Idem, ibidem*, pág. 367.

(5). — *Idem, ibidem*, pág. 369.

urbano, na edificação das moradias, na disponibilidade de terras, que não podiam ser aforadas nem dadas em sesmarias, para a futura irradiação do perímetro urbano.

No contorno da Vila até 6 léguas a concessão de sesmarias era limitada a meia légua de terra em quadra para permitir que maior número de sesmeiros pudessem se radicar junto ou na própria Vila, cujo perímetro urbano se irradiaria dentro desse contorno, prevendo a Resolução que aos oficiais da Câmara ficaria a competência de futuros arrendamentos que se fizessem necessários nessa área. Nela também ficava reservada uma gleba de 4 léguas em quadra que poderiam ser aforadas e administradas pela Câmara a quem caberia a renda dessas terras, a fim de que com ela se atendessem suas despesas.

Na execução dessas disposições contaram com o concurso técnico do engenheiro que elaborou a planta e com certeza dos demais funcionários que o acompanhavam e que palpitarão sobre as necessidades específicas de suas áreas de influência. Pelo que nos foi dado estudar a “planta” não resultou assim da projeção horizontal.

É possível aceitar uma certa ordenação na ocupação urbana do solo, não se dando a espontaneidade confusa com que se apresentam as plantas da maioria das cidades coloniais brasileiras. Há, portanto, o traçado prévio, o que quebra a generalização feita nesse sentido por alguns historiadores.

A planta de Vila Bela denota justamente o princípio ordenador expresso pelo traço dos engenheiros militares em obediência ao pensamento da autoridade política, como aliás já o notou um estudioso do assunto (6). Daí as praças regulares, o xadrezar que sofreram as ruas.

É importante verificar-se que, na altura da planta que é a nossa principal fonte primária, o núcleo de Vila Bela apresenta sinais da montagem de um suporte econômico voltado para a mineração, mas capaz de justificar a subsistência de pequenos grupos ali ilhados. Assim, há grupos de indivíduos que vivem na Vila e da Vila, o que especifica, no caso, o tipo de relacionamento urbano-rural que se estabelece e se desenvolve.

Embora se constate que todos vivem direta ou indiretamente da atividade-matriz que ali os prende, isto é, a mineração, nota-se, no

---

(6). — Paulo F. Santos, *Formação de cidades no Brasil colonial*, pág. 12.

caso, que à realidade urbana ao nível geográfico se soma a realidade social ao nível das relações sociais, da formação de grupos que produzem novas riquezas e que as permitam ou simplesmente promovam sua circulação.

Ao nível social é possível reconhecer o esforço na atuação dos governadores que se sucedem, como dos funcionários civis e militares, dos mercadores e dos religiosos em dar ao aglomerado o “espírito burguês” que o define.

É que no caso específico de Vila Bela, por exemplo, os que dirigem não só a cidade como a capitania não vêm do meio rural, pelo contrário a cúpula é transplantada da nobreza européia (portuguesa) que procura reproduzir naquele termo o modo de vida que levava em seu lugar de origem. Assim, pelo que verificamos, quase não há diferenças locais e rurais. Procuram divertir-se como o faziam em seus castelos e casas senhoriais ou mesmo em suas aldeias e cidades, na península ibérica.

Confirma-se a montagem de uma certa artificialidade em relação ao meio. Num *décor* sertanejo agitavam-se personagens em encenações que iam do entremez à ópera, das pantomimas aos fogos de artifício.

Por outro lado, não podemos perder de vista que o núcleo urbano em questão é apenas expressão de um sistema social global, que por sua vez tem os meios de produção determinados, ainda que justamente a mineração tenha alterado os meios e as relações de produção do sistema colonial português.

Dos grupos sociais que vivem em Vila Bela avulta o dos comerciantes, cujo número, volume de transações e capital movimentado, justificaram sua concentração numa rua: a *Rua dos Mercadores*, como nos mostra a planta de 1780. Há, portanto, um comércio estabelecido que deve estar estreitamente conjugado com os comboieiros do Norte e, em menor escala, com os monçoeiros de São Paulo e também com os que se aventuravam na jornada por terra, conduzindo os gêneros comerciáveis no centro do continente, vindos do Rio e da Bahia.

Com certeza representam uma camada ponderável da sociedade local, influenciando na vida urbana, como aliás ocorria comumente nos núcleos do litoral (7).

---

(7). — Nestor Goulart Reis Filho, *Evolução urbana do Brasil*, págs. 54,56 e segs.

É possível mesmo supor-se que na via em que se fixaram houvesse variado comércio: gêneros alimentícios, manufaturados, vendas, quitandas, tavernas como secos e molhados que podiam ser muitas vezes meros agentes dos comboieiros que representariam no caso o atacado. Serviam, com certeza, à população urbana e à rural, esta sobretudo vinculada à mineração.

As cidades na área de mineração representaram, de certa maneira, um mercado razoavel na medida em que ficavam quase sempre dependendo, para sua subsistência, do abastecimento vindo de outras regiões, em gêneros alimentícios e manufaturas, ao mesmo tempo que podiam atender — pelo menos a camada de pessoas que trabalhavam nas lavras produtivas — o pagamento desses gêneros em ouro.

\*

#### IV. — LEITURA E INTERPRETAÇÃO DA PLANTA DE VILA BELA.

O “plano” de Vila Bela, capital de Mato Grosso, feito em 1780, pelo engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra, é um dos mais perfeitos exemplares da iconografia brasileira urbana do século XVIII. Embora tenhamos plantas das cidades litorâneas no mesmo século, que apresentam bem maior riqueza de detalhes, a de Vila Bela tem sua leitura, compreensão e interpretação bastante facilitadas pela “legenda” que explica praticamente toda a cidade.

Verifica-se de pronto o traçado geométrico das ruas e lotes, sendo aque'as de razoavel regularidade em sua largura, não indo as mais compridas alem de 8 quarteirões. Estes não têm o mesmo tamanho, embora se note do lado direito da planta, que os quarteirões são relativamente iguais dois a dois, pelo menos na parte central da cidade.

Algumas ruas fundem-se em caminhos que vão terminar na margem de um braço do rio ou do próprio rio, do qual aliás a planta nos mostra um canal que deve ser o porto dos comboieiros.

As vias de circulação recebem o nome de ruas e travessas, não sendo paralelas, umas em relação às outras, isto é, todas as ruas cortam a Vila numa direção e as travessas em outras. Quanto à largura e comprimento das ruas e travessas elas não diferem.

Em 1782 a vila possuía 500 fogos (residências) que abrigavam 7.000 habitantes. Essas residências estavam distribuidas a *grosso modo* em 40 quarteirões que compunham o xadrês do perímetro ur-

bano, muito embora a planta mostre áreas delimitadas que com certeza comportavam edifícios, possivelmente moradas mais dispersas na periferia, notando-se em maior número ao longo da saída do caminho para Cuiabá. Como os quarteirões diferem no tamanho é impossível calcular quantos fogos cabiam em cada um.

Essas 40 áreas estão mais ou menos delimitadas, mas não correspondem precisamente a uma ordenação dos quarteirões, desde que algumas aparecem mais dispersas na planta, distantes do aglomerado urbano, embora possivelmente estejam dentro do seu perímetro. Nesses cálculos pequenas áreas que aparecem delimitadas e sombreadas no desenho da planta e que possivelmente representam áreas construídas não foram consideradas.

As limitações dos dados de que dispomos nesse sentido impedem praticamente qualquer conjectura. Isto porque a porcentagem média — bastante alta — que se pode obter por domicílio (14 moradores) é contrastante com o comum da realidade colonial nesse sentido, uma vez que o rebanho escravo devia representar alta porcentagem no contingente populacional. Esse rebanho, embora no meio urbano, devia distribuir-se de maneira bastante desigual e embora habitasse em recintos separados, mas nas mesmas moradias da população livre, devia concentrar-se bem mais nas propriedades maiores. Por sua vez o dado que calculamos de 40 áreas onde se erguam as moradas também dá evidentemente uma média de 12,5 casas por quarteirão o que é totalmente irreal e ainda irrelevante, na medida em que não se conhece o tamanho normal dos quarteirões.

Quanto à alta média de moradores por domicílio pode-se aventar a hipótese explicativa de que se configurava uma situação habitacional deficitária, provocada pelo o afluxo constante de forasteiros atraídos pelas minas, o que levaria os moradores a locarem cômodos e portanto as residências a abrigarem mais de uma unidade familiar.

É curioso notar-se que o bloco de quarteirões, à direita do Palácio, na direção Norte, é igual dois a dois em tamanho, nas duas primeiras ruas, diminuindo gradativamente para aumentar novamente só depois da Praça principal.

Verifica-se ainda que o que predomina no tamanho dos quarteirões é a sua irregularidade, o que nos leva a concluir que o traçado inicial da planta embora procurasse ter um conjunto geometricamente considerado deve ter partido, por outro lado, de um núcleo já existente, com construções e vias, que possivelmente se procurou corrigir, respeitando entretanto a localização e distribuição de cons-

truções que seria oneroso destruir em favor do planejamento urbano. Entretanto, por outro lado, faz-se necessário considerar que se tratava apenas de um arrabal pioneiro, onde os investimentos deviam ter sido pequenos, com material e recursos obtidos no próprio local, o que contribuía para a facilidade de sua destruição em favor do planejamento urbano.

A quebra do rigor geométrico do miolo no seu traçado, quando as linhas e ângulos não seguem a mesma direção reta, mostra na periferia, a evolução natural do perímetro urbano, com prolongamento espontâneo, onde não se manteve o esquema inicialmente proposto, isto é, o traçado foi alterado atendendo aos interesses particulares dos que iam se apossando dos lotes, possivelmente os forasteiros que vinham engrossar a população urbana ou os mineiros enriquecidos ou comerciantes que preferiam ter a casa na vila.

Teríamos, assim, uma área espacial, cujo apossamento implicou numa programação ou pelo menos num consenso em busca de sua funcionalidade como local de relações econômico-sociais, enquanto o seu delineado muitas vezes faz-se mais como disfunção, em que não são considerados os fatores que presidiram o traçado inicial.

O desenho dos quarteirões tem uma moldura, nem sempre contínua, que acreditamos represente justamente as áreas construídas ou possivelmente os lotes murados de propriedades. Entretanto, o desenhista assinala sempre o contorno ou limite da área construída com um traço que a separa da área livre dentro do lote, como ocorre, por exemplo, no desenho do Palácio do Governo (I) (7A) ou da igreja arruinada (VII), o que nos leva a aceitar portanto que a moldura, quase sempre interrompida, nos quarteirões, indique a área construída. Nesse caso verifica-se que as construções ocupam uma estreita faixa no contorno do quarteirão, como que uma borda, ficando, possivelmente o restante destinado aos quintais que, no caso, em proporção às casas eram enormes, tendência aliás encontrada nas casas urbanas coloniais que possuíam quintais muito compridos.

Quanto ao tamanho e à quantidade dos “fogos”, pela planta é impossível sua análise ou cálculo uma vez que em seu desenho são indicados apenas os edifícios públicos. O estudo da população concentrada no perímetro urbano de Vila Bela, desde que se disponha de dados para tanto, poderá permitir, cotejado com a planta, uma análise da estrutura familiar e domiciliar, bem como sua distribuição no referido espaço urbano.

---

(7-A). — Os números romanos que vão entre parênteses, em todo o texto, correspondem à numeração da legenda da planta de Vila Bela (1780).

Como se sabe o local primitivamente escolhido para ser construída a vila era às margens do Guaporé, tendo posteriormente — é possível que decorrido apenas um ano — sido transferido para local mais alto, não sujeito às inundações do rio, que subia de 14 a 15 palmos e às febres que ocorriam nas suas margens.

As casas eram de adobe, cobertas de telhas feitas no próprio local, pois Vila Bela possuía olarias e fornos (XXIV), parece-nos que em mais de um local. As telhas aliás eram de excelente barro, pois quando da visita do Visconde de Taunay, em 1876, conservavam ainda sua resistência e o vermelho vivo da cor (8). No ano seguinte outro viajante calcula em 300 o número de casas, o que mostra a regressão da vila que chegara, como vimos, a ter 400 fogos em 1782 (9).

O palácio do governo, com seus respectivos jardins, ocupava todo um quarteirão central da Vila. O desenho da planta mostra que esses jardins possuíam pelo menos dois grandes canteiros com a forma de losangos. Eram várias edificações, parecendo ter uma área interna livre, com saída para a rua (XVIII — Travessa do Palácio). O palácio, como era natural, dava para a Praça Principal.

O fato do Palácio possuir jardins possivelmente murados e no caso vedados à rua, é algo de excepcional, pois como se sabe os exemplares arquitetônicos coloniais que abrigavam as residências das autoridades eram despojados dessa decoração paisagística, ausente aliás da arquitetura portuguesa da época (10).

O Palácio de Vila Bela revelaria assim um refinamento da autoridade responsável pela sua construção, incompatível mesmo com a tradição portuguesa nesse sentido.

Demonstra a preocupação com o lazer e um certo bom gosto, inclusive difícil de ser satisfeito na sua criação e conservação, dados os acanhados recursos locais. Para os colonos direta ou indiretamente vinculados à faina rude da mineração o cenário palaciano devia impressionar pelo inusitado das suas soluções. Segundo Castelnau ainda pode alcançar em 1845, o edifício desse Palácio era térreo e bastante extenso, isto é, a área de construção bem espaçosa.

O governo político, militar e administrativo, bem como suas funções cívicas e religiosas, da capitania e da vila estava distribuído

---

(8). — Visconde de Taunay, *A cidade do ouro e das ruínas*, pág. 67.

(9). — Tito L. Ferreira e M. Rodrigues Ferreira, *op. cit.*, pág. 371.

(10). — Nestor Goulart Reis Filho, *Quadro da arquitetura no Brasil*, pág. 22.

numa série de edifícios que representavam naturalmente o centro nervoso da Vila, ocupando considerável espaço urbano, ao redor da Praça Principal.

A Praça Principal da Vila, cuja forma é quadrangular e de onde se irradiou o traçado restante tinha a contorna-la os edifícios do Palácio do Governo, Quartel Militar e Hospital, uma Igreja que se encontrava arruinada, por ocasião da planta, e que seria transformada em Matriz — Matriz da Santíssima Trindade, que parece não ter sido terminada — e o Pelourinho, ocupando cada um dos seus ângulos. No meio da Praça ficava o pelourinho, conforme aliás previram as instituições para criação da Vila.

Essas instruções desciam à recomendação de que se reservassem as áreas delimitadas por linhas retas destinadas a edificações da Igreja, Câmara, Cadeia, Casa de Audiências e as demais repartições públicas necessárias, sendo apenas estranhável que o Palácio do governador não seja mencionado, a não ser que a Casa de Audiências estivesse prevista para essas funções.

O prédio da Câmara Municipal (VIII), que ficava ligado ao da Cadeia, dava para a Praça e ficava no ângulo esquerdo do quarteirão com uma face para a Rua da Rosa (XI). No ângulo direito do mesmo quarteirão ficava uma igreja (V), que servia enquanto não se terminava a Matriz. Em frente a essa esquina, no canto do outro quarteirão, fazendo ângulo com a Praça estava a Casa de Fundição, onde o ouro encontrado nas minas era levado para ser fundido em barras.

O fato da Vila ter sido localizada em sítio estratégico, como atalaia para preservar a área de mineração da cobiça espanhola, levou o governo a concentrar ali uma unidade militar, cujo edifício parecia estar conjugado com o do Hospital. Num outro ângulo que dava para a Praça ficavam ainda os Armazens Reais.

As casas situadas nos locais que corriam maior risco de inundações do Guaporé eram construídas acima do nível da rua, possuindo degraus. Em 1854 as ruínas dessas casas eram impressionantes. Como eram casas bastante espaçosas, os moradores ao verificarem que estava gozando num cômodo, simplesmente o fechavam e abandonavam, passando a se servir dos demais compartimentos (11), o que nos mostra naturalmente a convicção a respeito do destino que a Vila ia ter.

---

(11). — Visconde de Taunay, *op. cit.*, pág. 81.

Quanto às edificações em si, sua reconstituição histórica só pode ser tentada com vistas para as descrições do século XIX, marcadas portanto em relações aos prédios mais antigos por um longo processo de deterioração (11a).

A *Igreja Matriz* foi construída de pedra e barro, possuindo uma só nave. Além da capela-mor possuía duas outras colaterais. Ainda em meados do século XIX foi possível ali encontrar ricos paramentos, imagens cheias de jóias de ouro prata e pedrarias, coroas riquíssimas, bem cinzeladas custódias, cálices, patenas, navetas de ouro ou prata dourada, turíbulo, tocheiros, candelabros, varas de pálio, etc.

O *Palácio do Governo* possuía uma sala toda decorada, era a sala do docel. As paredes ostentavam quadros dos reis de Portugal. Nesse recinto podiam-se notar ricas cadeiras de espaldar, forradas de damasco da Índia (12).

Possuía outros salões, todos pintados a óleo. Frescos nas portadas, forros e lambrequins reproduzindo cenas alusivas ao país e aos governadores, ou então cenas de navegação à sirga nas cachoeiras do Madeira. Tanto no forro do salão principal como em outros locais do Palácio notava-se na motivação das pinturas figuras mitológicas. As fechaduras e ferragens das portas eram de fino lavor.

Algumas das casas de morada particular visitadas pelo Visconde de Taunay demonstram o conforto dos seus proprietários, como é o caso de uma casa de esquina, toda envidraçada, que possuía quatro salas de frente, poço, pátio interno cercado de quartos, estrebaria, quintal murado com muitas árvores frutíferas e 15 coqueiros da Bahia. Essa casa estava orçada em 180\$000 em 1854 (13). É o mesmo autor quem visita um sítio nas margens do Guaporé, que havia sido vendido por 200\$000 em 1854, e que possuía capela interna, grande engenho, paióis, senzalas, tudo coberto de telha, grande pomar, pátios ladrilhados, matas, etc.

Junto ao Guaporé fora construído um cais, que vem descrito em cronistas e viajantes. Devia-se essa obra ao governador João de Albuquerque M. P. Cáceres. Tinha 300 ms. de comprimento e 3 ms. de altura. Era flanqueado de baterias ligadas por uma "cortina" (14).

---

(11a). — A resolução régia que criou a Vila previa que reservadas as áreas para construção das moradias os interessados deviam formalizar seus pedidos de terreno, obedecendo ao alinhamento da rua, de maneira que a fachada das casas ficasse sempre no mesmo perfil, ficando, entretanto, as faces internas ao arbítrio do morador.

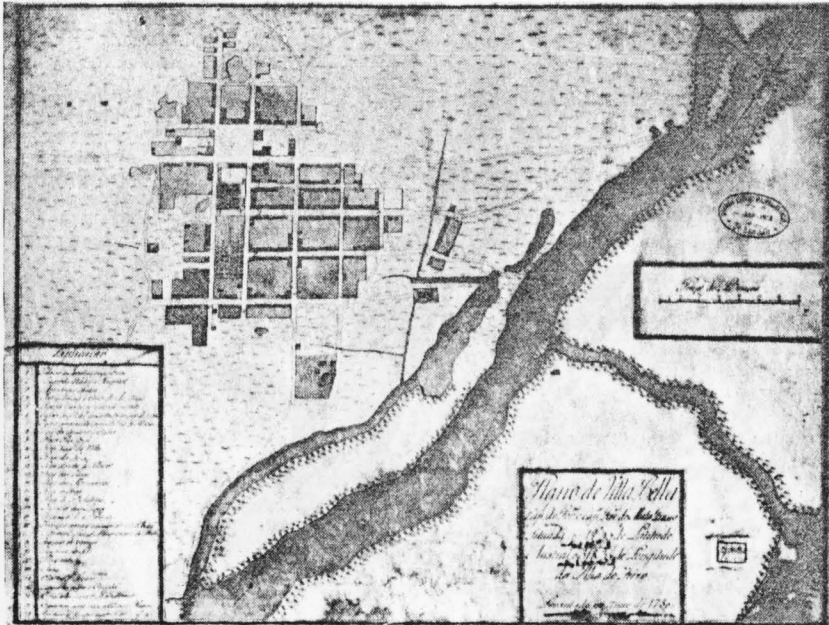
(12). — Visconde de Taunay, *op. cit.*, pág. 80.

(13). — *Idem, ibidem*, pág. 81.

(14). — *Idem, ibidem*, pág. 64.

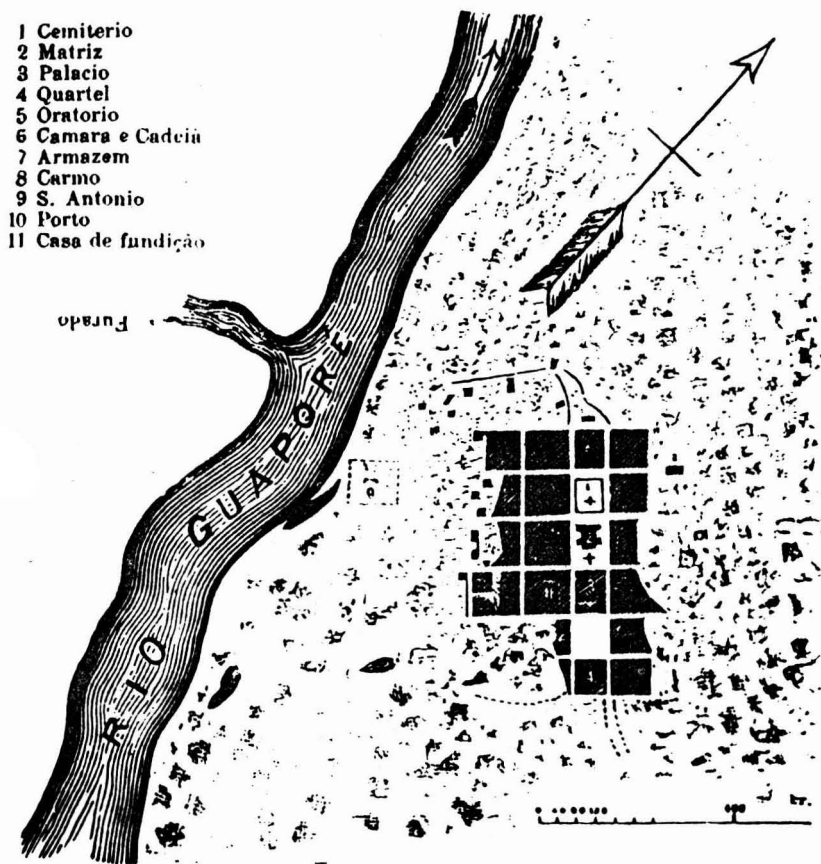


O fundador de Vila Bela, D. Antônio Rolim de Moura Tavares, Conde de Azambuja, Primeiro Governador da capitania de Mato Grosso (17-1-1751 a 2-12-1764).



Planta da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, antiga capital da capitania de Mato Grosso, feita em 1780, pelo engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra. A legenda, no canto esquerdo, tem as seguintes "explicações": I. — Palácio e jardins respectivos; II. — Quartel Militar e Hospital; III. — Armazéns Reais; IV. — Intendência e Casa da Fundação; V. — Igreja que serve interinamente; VI. — Capela de S.<sup>o</sup> An.<sup>o</sup> levantada no ano de 1780; VII. — Igreja arruinada, com o destino de Matriz; VIII. — Casa da Câmara, e Cadeia; IX. — Praça Principal; X. — Parte Geral da Vila; XI. — Rua da Rosa; XII. — Rua Direita do Palácio; XIII. — Rua das Flores; XIV. — Rua dos Mercadores; XV. — Rua do Fogo; XVI. — Rua de S.<sup>o</sup> Antônio; XVII. — Travessa da Lagoa; XVIII. — Travessa do Palácio; XIX. — Travessa nova que mandou abrir o Gor. e Capm General Luiz d'Albuquerque de Mello; XX. — Travessa do Campo; XXI. — Travessa do Rio; XXIII. — Pelourinho; XXIII. — Força; XXIV. — Olarias, e Fornos; XXV. — Caminho para o Cuiabá; XXVI. — Caminho para o Rio Sararé; XXVII. — Caminho para vários sítios e roças; XXVIII. — Rua nova qe fez abrir o sobre d.to Gov.or e Cap.m Gen.al. (Original conservado pela Diretoria do Serviço Geográfico do Ministério do Exército do Brasil).

A praça central era o ponto de partida, o centro da povoação : na sua face *N.* ficava o palacio do governo, na do *S.* o quartel da guarnição, na de *O.* a camara e cadeia. Atraz do palacio a matriz, delle separada por



Planta da cidade de Matto-Grosso.

uma pequena praça; atraz da matriz o cemiterio, e em seguida armazens, etc., separados cada um por uma rua. Ao lado esquerdo da camara

Planta de Vila Bela no século XIX (1880?). Cotejada com a planta de 1780 mostra a pronunciada involução que a cidade sofrera. (Da obra de João Severiano da Fonseca, *Viagem ao redor do Brasil*).

A sua finalidade era vigiar a margem espanhola e o trânsito pelo Guaporé, ao mesmo tempo em que se procurou infrutiferamente observar com ele as enchentes periódicas do rio. Servia ainda de embarcadouro, transformando-se em aprazível local de visitas e passeio para os moradores e visitantes de Vila Bela, pois foi ali formado um laranjal, além de serem plantados tamarindeiros e gameleiras.

Durante 8 meses do ano o rio ficava afastado do cais uns 150 ms. Mas, as suas cheias inverniais provaram a ineficiência do cais, pois nessas ocasiões as ruas do Fogo (XV), Santo Antônio (XVI) e Tocos (que não é assinalada na planta) eram inundadas em boa extensão, permitindo aos igarités encostarem nos degraus das casas situadas a 500 ms. da margem.

A construção do cais atendia também a contenção de um aterro que se fez necessário para o ancoramento e manobra dos barcos o que se fazia no flanco direito, ficando no flanco esquerdo a olaria e os *telheiros* (fabricação de telhas?). No meio desse retângulo ficava a capela de Santo Antônio (IV), sombreada por uma alameda.

Em 1854 estava bastante destruído, com o parapeito arrancado. Em 1784 uma inundação do Guaporé derrubou a terça parte das casas.

A Praça Principal (IX), que é bem quadrada, centralizava os poderes civil, militar e religioso, cujas edificações no caso, como símbolo da ascendência que exerciam tinham que ser as mais altas da localidade, não se permitindo que um particular construísse um edifício mais alto, como observou Castelnau (15).

\* \*  
\*

#### Bibliografia

- AZEVEDO (Aroldo de). — *Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, Ensaio de geografia urbana retrospectiva, Boletim nº 208, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1956.
- CORRÊA (Virgílio). — *História de Mato Grosso*, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1969.
- Idem.* — *D. Antônio Rolim de Moura* in Revista Brasileira de Geografia, nº 4, Ano XVIII, outubro-dezembro de 1956, Rio de Janeiro.
- Idem.* — *Guaporé fator político* in Anais do Congresso Comemorativo do Bicentenário da Transferência da sede do governo do Brasil da cidade do Salvador para o Rio de Janeiro (1963), II vol., Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1966.

---

(15). — *Idem, ibidem*, pág. 74.

- DOLFUS (Olivier). — *O espaço geográfico*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1972.
- FERREIRA (Tito Lívio) e Manoel Rodrigues Ferreira. — *História da Civilização Brasileira*, Gráfica Biblos Editora, São Paulo, 1959.
- FERREIRA (Manoel Rodrigues). — *Nas selvas amazônicas*, Gráfica Biblos Editora, São Paulo, 1961.
- FREYRE (Gilberto). — *Contibiuição para uma sociologia da biografia*, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 2 vols., Lisboa, 1968.
- FURTADO (Sebastião da Silva). — *Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra*, Diretoria do Serviço Geográfico, Ministério da Guerra, Rio de Janeiro, 1960.
- GEIGER (Pedro Pinchas). — *Evolução da rede urbana brasileira*, MEC, Rio de Janeiro 1963.
- HOLANDA (Sérgio Buarque de). — *Raizes do Brasil*, 5ª ed., Livraria José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1969.
- INAMA (Carla). — *Metastasio e i poeti arcadi brasiliani*, Boletim 231 Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1961.
- LAPA (José Roberto do Amaral) — *Economia Colonial*, Editora Perspectiva, São Paulo, 1973.
- MENDONÇA (Marcos Carneiro de). (organizador). — *A Amazônia na era pombalina (1751-1759)*, 3 vols., Instituto Histórico Geográfico Brasileiro Rio de Janeiro, 1963.
- OMEGNA (Nelson). — *A cidade colonial*, Coleção Documentos Brasileiros, vol. 110, Livraria José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1961.
- REIS Filho (Nestor Goulart). — *Evolução urbana do Brasil (1500-1720)*, Livraria Pioneira Editora, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1968.
- Idem.* — *Quadro da arquitetura no Brasil*, Editora Perspectiva, São Paulo, 1970.
- REIS Filho (Nestor Goulart e Paulo Bruna) (colaborado). — *Catálogo de iconografia das vilas e cidades do Brasil colonial*, Departamento de História, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1964.
- SANTOS (Paulo F.). — *Formação de cidades no Brasil colonial in Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Vol. V, Coimbra, 1968.
- TAUNAY (Visconde de). — *A cidade do ouro e das ruínas* (Mato Grosso, antiga Vila Bela), 2ª edição, Cia. Melhoramentos de São Paulo, s.d.
- WEBER (Max). — *Economia y Sociedad* — Fondo de Cultura Económica, México, 1964.

\* \*  
\*

## INTERVENÇÕES.

Do Prof. *José da Paz Lopes* (UFMG).

Disse, que, talvez por estar à procura de subsídios para seu trabalho, pergunta: E a vida religiosa? E as Corporações e Associações Religiosas? E as Irmandades? Qual era a contribuição da vida religiosa na vida urbana de Vila Bela? Na cidade mineira o fastígio da vida urbana coincide com o fastígio da participação religiosa? E em Vila Bela?

E as Ordens Religiosas? Chegaram em Vila Bela ou foram proibidas como em Minas Gerais?

\*

Do Prof. *Odilon Nogueira de Matos* (PUC. Campinas. SP).

Declara que dada a importância de Vila Bela como exemplo talvez único na história urbana do Brasil, indaga:

Porque Cuiabá, ao tornar-se capital de Mato Grosso, não herdou a tradição cultural de Vila Bela, na proporção em que ela efetivamente exigia?

Estaria isso na dependência apenas da dinâmica do valor da mineração ou dependeria também do interesse dos governadores, uma vez que as festividades ou atividades culturais do Brasil, quando não estavam vinculadas à igreja, estavam vinculadas à ação dos governadores, em louvor dos quais muitas obras eram escritas e muitos espetáculos realizados?

\*

Do Prof. *Heider Catacci* (da Associação de Ensino, Marília. SP).

Pergunta se porventura seria possível demonstrar a comunicação fluvial de Vila Bela com o Norte do Brasil.

\*

Do Prof. *Caio Cesar Boschi* (FAFI. UCMG.).

Disse que o Autor demonstra conhecimento dos arquivos portugueses. A título de possível indicação, teria o Prof. Lapa tomado contacto com a documentação manuscrita dos "Reservados" da Biblioteca Municipal do Porto? Ao que parece A. Magalhães Basto já teria relacionado a citada documentação relativa ao Brasil e, talvez, pudesse auxiliar nas suas pesquisas.

O que explica o fato de Belem, tão distante e de tão difícil acesso, conforme o Autor mesmo declara, tenha sido o centro abastecedor de Vila Bela?

\* \*

\*

## RESPOSTAS DO PROFESSOR JOSÉ ROBERTO DO AMARAL LAPA.

Ao Prof. *José da Paz Lopes*.

A vida religiosa em Vila Bela era intensa. Cumpria-se o calendário da Igreja Católica com todo o rigor, não só individual como coletivamente, no recesso das famílias, nas duas igrejas locais e mesmo em outros recintos e logradouros públicos. Como acontecia nas demais cidades coloniais, geralmente as maiores festividades estavam ligadas à religião, como as matinas, vésperas, procissões, *Te Deum*, etc. Dessas cerimônias participava a maior parte da população, misturando-se na assistência e participando a camada burguesa com os menos favorecidos. O cerimonial litúrgico devia ocorrer com a pompa costumeira, ficando vestígios desse aparato que chegaram até o século XIX, conforme depoimentos dos viajantes que visitaram Vila Bela no século passado. No estágio atual de nossa pesquisa não encontramos indicadores que possam subsidiar uma informação sobre a vida religiosa comunitária, isto é, as corporações e associações religiosas, as irmandades e confrarias, mas com toda a certeza elas existiram e foram atuantes, como nas cidades mineiras. No mais, verifica-se que a religião está presente na arquitetura, na denominação das ruas e, enfim no cotidiano dos moradores. Em 1780 a cidade possuía uma igreja que se destinava a ser matriz, mas devido ao estado precário em que se encontrava o edifício, as cerimônias religiosas se efetuavam numa outra igreja. Nesse mesmo ano havia sido construída uma Capela sob a invocação de Santo Antônio. As perguntas mais específicas sobre as ordens religiosas, infelizmente não têm elementos para poder respondê-las.

\*

Ao Prof. *Odilon Nogueira de Matos*.

Como a existência das duas cidades, Cuiabá e Vila Bela, é simultânea na época em que estudamos a segunda, não seria o caso propriamente de falarmos em herança da tradição cultural. Ao que nos foi dado estudar, em ambas tinham lugar festividades religiosas e profanas, sendo em ambas intensa a vida cultural, fazendo crer mesmo numa certa emulação que se revela indisfarçável em determinados momentos, como por exemplo recepções a autoridades. Algumas festividades de Cuiabá se tornaram famosas, tendo sido

registradas pela história, como é o caso dos festejos comemorativos do aniversário de Diogo de Toledo Lara Ordonhes, realizados em Cuiabá em 1790, quando inclusive se encenou Metastásio.

Enquanto Vila Bela foi sede do governo, dependendo da preocupação dos governadores em tentar criar na América o convívio que desrutavam na Europa, a vida cultural, recreativa, lúdica e religiosa local foi bastante intensa. Com a desagregação da economia de mineração, em ambas as cidades foi aos poucos diminuindo o esplendor de outrora, naturalmente como decorrência do enfraquecimento do processo financiador que a mineração oferecia nesse sentido.

\*

Ao Prof. *Heider Catacci*.

..

O único fio vital que ligava, com regularidade, Vila Bela ao Norte do Brasil era o sistema fluvial Amazonas-Madeira-Guaporé, através do qual se fazia uma viagem (monção) anual. Essa travessia se fazia em meio de um número e uma variedade incalculáveis de obstáculos. A navegação regular tornou-se viável graças ao concurso oficial e ao privado, assegurando à população ilhada naqueles ermos o abastecimento regular de produtos alimentícios e manufaturas e permitindo em contrapartida o escoamento do ouro através do porto de Belem. Os comboieiros — que era como se denominavam os responsáveis por essas frotas de dezenas de barcos — formavam um grupo atuante tanto no norte quanto na região das minas. O seu estudo em profundidade constitui o primeiro capítulo do nosso livro *Economia colonial*.

\*

Ao Prof. *Caio César Boschi*.

Pesquisamos nos “Reservados” da Biblioteca Municipal do Porto, bem como conhecemos também os inventários que A. Magalhães Basto fez dos documentos que interessam à história do Brasil, entre eles o *Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Porto*, 5.ª seção do I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo, Lisboa, 1938, e aqueles publicados na Revista *Brasília*, da Universidade de Coimbra. Mas, para este nosso trabalho especificamente, quase nada encontramos. Entretanto, os arquivos portugueses mais ricos em documentação de interesse para o nosso tema, são: Arquivo Histórico Ultramarino, Sociedade Geográfica de Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa,

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo do Ministério das Finanças, Palácio da Ajuda e Biblioteca Nacional .

Quanto à segunda pergunta, temos a responder o seguinte: a regularidade de comunicação entre Vila Bela e Belem, apesar da distância e das dificuldades quase insuperáveis se fez graças a um complexo de causas de natureza política, estratégica, comercial, econômica, etc.

Aceitando-se a tese de que a fome é companheira inseparável dos novos achados auríferos, o que não deixou de ocorrer em Mato Grosso, pode-se compreender a montagem desse fluxo monçoeiro regular que através dos rios, estabeleceu dois sistemas de transportes, o do Sul e o do Norte, com as frotas de centenas de grandes barcos que asseguravam o abastecimento, o do Norte da área tributária de Vila Bela, e o do Sul da área polarizada por Cuiabá. Esse abastecimento era de gêneros alimentícios, manufaturas européias e asiáticas, escravos africanos e produtos coloniais diversos. Graças a ele, em boa parte, ao seu apóio logístico, ao seu fluxo anual de provimento tornou-se viável a mineração e a fixação do povoamento nessa área tão isolada.